PREFÁCIO

Este livro é, em nosso propósito, uma exposição das grandes doutrinas de Mariologia em sua relação com nossa vida interior. Escrevendo-o, constatamos, em várias das mais belas teses, que frequentemente o teólogo, em um primeiro período de sua vida, está inclinado por um sentimento de piedade e de admiração; em um segundo período, dando-se conta de certas dificuldades e das dúvidas de alguns autores, é menos afirmativo. Em um terceiro, tendo a oportunidade de aprofundar estas teses em ambos os pontos de vista, positivo e especulativo, ele retorna à sua primeira afirmação, não mais somente por um sentimento de piedade e de admiração, mas com conhecimento de causa, dando-se conta, pelos testemunhos da Tradição e pela elevação das razões teológicas geralmente alegadas, que as coisas divinas, e particularmente as graças de Maria, são mais ricas do que pensamos; então, o teólogo afirma não mais somente porque é belo e tão geralmente admitido, mas porque é verdadeiro. Se as obras-primas da arte humana em literatura, pintura e música contêm tesouros insuspeitados, igualmente acontece, com razão mais forte, para as obras-primas de Deus na ordem da natureza e, mais ainda, naquela da graça, especialmente se esta última está em relação imediata com a ordem hipostática constituída pelo próprio mistério da Encarnação do Verbo.

Parece-nos que estes três períodos tão frequentes na evolução do pensamento dos teólogos podem ser indicados no progresso do pensamento de Santo Tomás sobre a Imaculada Conceição.[1]

Estes três períodos não carecem de analogia com outros três que lhe assemelham do ponto de vista afetivo. Frequentemente verificamos que há no início aquela devoção sensível, por exemplo, ao Sagrado Coração ou à Santíssima Virgem; depois aquela aridez da

[1] Ver nesta obra, Primeira parte, capítulo II, artigo 2, fim.

sensibilidade; e enfim aquela devoção espiritual perfeita, que tem seu transbordamento sobre a sensibilidade; então se reencontra a devoção sensível, mas de um modo todo diferente da primeira fase; onde nos detemos muito e onde a alma não está suficientemente desapegada dos sentidos.

Digne-se o Senhor fazer compreender o que deve ser este progresso espiritual aos leitores deste livro, em que gostaria de fazer entrever a grandeza da Mãe de Deus e de todos os homens.

Não expomos aqui opiniões particulares, mas tentamos colocar em relevo a doutrina que é mais comumente admitida entre os teólogos, notadamente entre os tomistas, esclarecendo-o, o máximo possível, pelos princípios formulados por Santo Tomás.[2]

Certificamo-nos particularmente sobre a propriedade dos termos, evitando o máximo possível a metáfora, muitas vezes demasiado frequente em relação à Santíssima Virgem. A bibliografia principal será citada à medida que as questões serão tratadas.

---

[2] Para a parte positiva deste trabalho, utilizamos muito a *Mariologia* do Pe. B.-H. Merkelbach, O.P., publicada em 1939, e apesar de não siguirmos algumas opiniões que nela são expostas, esta obra nos parece merecer também, por sua parte especulativa, grandes elogios, quanto à ordem das questões e à precisão das razões teológicas, que são colocadas em valor segundo a doutrina de Santo Tomás.

PRIMEIRA PARTE

A Maternidade Divina e a plenitude da graça

CAPÍTULO I
A eminente dignidade da maternidade divina

Na doutrina revelada sobre a Virgem Maria, as duas grandes verdades que tudo dominam como dois cumes e de onde derivam todos os outros são a maternidade divina e a plenitude da graça, afirmadas uma e outra no Evangelho e nos Concílios. Para bem ver sua importância, é bom compará-los, buscando qual é o primeiro dos dois, aquele do qual tudo flui em mariologia. Assim, os teólogos se perguntam: O que é que há de maior em Maria? É sua maternidade divina, seu título de Mãe de Deus, ou é a plenitude de graça?

Posição do problema

Alguns[1] responderam: é a plenitude de graça. Eles se inclinaram a esta maneira de ver porque o Evangelho relata que, ao passar Jesus no meio do povo, uma mulher disse (Lc 11, 27): "Bem-aventurado o ventre que te trouxe, e os seios que te amamentaram"; e Jesus respondeu: "Antes bem-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a observam". Pareceu a alguns, a partir dessa resposta do Salvador, que a plenitude da graça e da caridade, princípio dos atos sobrenaturais e meritórios de Maria, é superior à maternidade divina, que por si mesma seria de ordem corporal.

Conforme muitos outros teólogos,[2] essa razão não é conclusiva, por vários motivos; primeiramente, porque esta mulher do povo não

[1] GABRIEL BIEL in III^am Sent., dist. IV, a. 3, dub. III, p. 2, Brescia, 1574, p. 67ss e alguns outros que mais ou menos o seguiram. Assim VASQUEZ, in III^am, disp. XXIII, c. II et disp. C, c. II, atribui a graça santificante uma dignidade superior à maternidade divina. Ver sobre esta opinião *Dictionnaire de théologie catholique*, art. Marie, par E. Dublanchy, marista, cc. 2356ss.

[2] Deve-se citar em particular, entre os tomistas, Contenson, Gotti, Hugon e Merkelbach. Na sua *Mariologia*, 1939, p. 68, o Pe. Merkelbach cita como tendo admitido, de modo mais

falava precisamente da maternidade divina; ela ainda não considerava Jesus como Deus, mas antes como um profeta escutado, admirado e aclamado, e ela falava principalmente da maternidade corporal segundo a carne e o sangue: Bem-aventurado o ventre que te trouxe, e os seios que te amamentaram". Ela não pensava no que a maternidade divina comportava espiritualmente como consentimento espiritual e meritório ao mistério da Encarnação redentora. Daí a resposta de Nosso Senhor: "Antes bem-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a observam". Mas precisamente Maria tornou-se Mãe do Salvador escutando a palavra de Deus, crendo, dizendo generosamente com uma perfeita conformidade de vontade ao beneplácito de Deus e a tudo o que isso implicaria: "*Ecce ancilla Domini, fiat mihi secundum verbum tuum*"; e ela não deixou de conservar as palavras divinas em seu coração, depois do bendito dia da Anunciação. De modo que Santa Isabel disse-lhe: "*Beata quæ credidisti, quoniam perficientur ea quæ dicta sunt tibi a Domino*" – "Bem-aventurada és tu que creste nas palavras divinas, porque elas serão realizadas em ti" (Lc 1, 45), enquanto que Zacarias ficou mudo por não ter acreditado nas palavras do anjo Gabriel: "*Et ecce eris tacens (...) pro eo quod non credidisti verbis meis*" – "E eis que ficarás mudo (...) pois não crestes nas minhas palavras" (Lc 1, 20).

A questão, portanto, permanece intacta: o que há de maior em Maria, a maternidade divina tal qual foi nela se realizou, ou a plenitude da graça e da caridade?

Para precisar mais a questão, é preciso insistir sobre este ponto: que a maternidade em uma criatura *racional* não é somente a maternidade segundo a carne e o sangue como nos animais, porque ela exige de si o *livre consentimento* dado à luz da reta razão a um ato cujo *exercício* implica em si a liberdade e as leis morais relativas ao matrimônio, de outro modo seria uma culpa. Mais ainda, para a maternidade divina, foi pedido a Maria um consentimento não somente livre, mas *sobrenatural* e *meritório*, sem o qual, conforme o plano da

---

ou menos explícito, que a Maternidade divina é o maior título de glória de Maria: o Pseudo-Epifânio, Santo Ambrósio, São Sofrônio, São Germano de Constantinopla, São João Damasceno, André de Creta, São Pedro Damião, Santo Anselmo, Eadmer, Pedro de Celles, São Bernardo, Santo Alberto Magno, São Boaventura, Santo Tomás, Dionísio o Cartuxo, São Bernardino de Sena, Santo Afonso e geralmente os tomistas como Contenson, Gotti, Hugon. Leão XIII disse também na Encíclica *Quamquam pluries*, 15 de agosto de 1889: "Certe Matris Dei tam in excelso est dignitas, ut nihil fieri majus queat". Cf. *Dict. Théol. cath.*, *art. citado*, cc. 2349-2359.

Providência, o mistério da encarnação redentora não se realizaria; e ela o dá, diz Santo Tomás, em nome da humanidade (IIIª, q. 30, a. 2).

Não é, portanto, somente uma maternidade material, segundo a carne e o sangue, mas uma maternidade que por sua própria natureza requer o consentimento sobrenatural à realização do mistério da Encarnação redentora, tal como deve ser realizada *hic et nunc*, e a tudo que resulta de sofrimentos segundo as profecias messiânicas, particularmente as de Isaías, bem conhecidas por Maria. Além disso, não pode haver questão da maternidade divina de Maria, sem que ela seja, segundo o plano da Providência, *a digna Mãe do Redentor* com uma perfeita conformidade de vontade àquela de seu Filho. Igualmente, a Tradição diz que ela *concebeu duplamente* seu Filho, no corpo e na alma; *no corpo*: ele é carne de sua carne, a tocha da vida humana de Cristo foi acessa no seio da Virgem por operação do Espírito Santo na mais perfeita pureza; *na alma*: porque foi preciso o consentimento expresso da Virgem, para que o Verbo se unisse nela à nossa natureza.

À questão assim colocada, a grande maioria dos teólogos responde que, segundo a Tradição, a maternidade divina, proclamada no Concílio de Éfeso, é superior à plenitude da graça e da caridade, e que o maior título de glória de Maria é o de Mãe de Deus.

As altas razões em que se apóia esta afirmação são as seguintes. Nós pedimos toda a atenção do leitor a estas primeiras páginas; uma vez entendidas, é fácil entender bem tudo o que segue.

Artigo I
A PREDESTINAÇÃO DE MARIA

Vejamos qual foi o objeto primeiro da predestinação da Santíssima Virgem, e em que sentido ele foi absolutamente gratuito.

Maria foi predestinada à maternidade divina antes de o ser à plenitude da glória e da graça.

Este ponto da doutrina pode parecer mui elevado para ser exposto desde o início desta obra; mas ele é deveras fácil de compreender, é geralmente admitido ao menos implicitamente e esclarece desde o alto tudo o que iremos dizer a seguir.

Como diz, com efeito, São Pio IX na bula *Ineffabilis Deus*, ao proclamar o dogma da Imaculada Conceição, *por um mesmo decreto eterno* Deus predestinou *Jesus à filiação divina natural*, imensamente

superior à filiação divina adotiva, e *Maria a ser Mãe de Deus*; porque a predestinação eterna de Cristo influi não somente sobre a Encarnação, mas sobre as circunstâncias em que se deveria realizar, em que tempo e lugar, em particular sobre este: "*Et incarnatus est de Spiritu Sancto ex Maria virgine*",[3] como diz o Símbolo Niceno-Constantinopolitano. Por um mesmo decreto, Jesus foi predestinado a ser Filho do Altíssimo e Maria a ser Mãe de Deus.[4]

Daqui resulta que, como Jesus foi predestinado à filiação divina natural antes (*in signo priori*) de o ser ao mais alto grau de glória, e depois à plenitude de graça, gérmen da glória; do mesmo modo a Bem-aventurada Virgem Maria foi predestinada primeiro à maternidade divina, e em consequência a um altíssimo grau de glória celeste, e depois à plenitude de graça, para que ela fosse plenamente digna de sua missão de Mãe do Salvador, uma vez que, como Mãe, ela deveria estar *mais intimamente associada* que qualquer outra pessoa à obra redentora de seu Filho, com a mais perfeita conformidade de vontade. É o que diz, em substância, São Pio IX na bula *Ineffabilis Deus*.[5]

E, portanto, como em Jesus a dignidade de Filho de Deus ou de Verbo feito carne o eleva imensamente sobre a plenitude de graça criada, de caridade e de glória que recebeu sua santa alma, como consequência da Encarnação, ou da união hipostática das duas naturezas nele; do mesmo modo em Maria a dignidade de Mãe de Deus a eleva sobre a plenitude de graça, de caridade e mesmo sobre a plenitude de glória celeste que ela recebeu em razão de sua predestinação excepcional a essa divina maternidade.

Segundo a doutrina admitida por Santo Tomás e muitos outros teólogos sobre o motivo da Encarnação (para a redenção da humanidade), a predestinação de Maria para ser a *Mãe* do Redentor depende da previsão e permissão do pecado de Adão. E esta falta foi permitida por Deus para um bem maior, como explica Santo Tomás, IIIª, q. 1, a. 3, ad 3, porque "onde abundou a falta, superabundou a graça" pela Encarnação redentora.[6]

Como Deus quer o corpo do homem para a alma, e essa para vivificar o corpo, de modo que ela não seria criada se o corpo não estivesse disposto para recebê-la, o próprio Deus permitiu o pecado para repará-lo por este bem maior que é a *Encarnação redentora*, e ele o quis para a regeneração das almas, de tal modo que, no plano atual da Providência, a Encarnação não teria ocorrido sem o pecado. Mas, nesse plano, tudo fica subordinado a Cristo e a sua santa Mãe, e é sempre verdade dizer com São Paulo (1Cor 3, 23): "Tudo é vosso, mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus".[7]

A grandeza de Cristo e de sua Santa Mãe não são em nada diminuídos.

Maria foi, portanto, predestinada primeiro à maternidade divina. Esta dignidade se mostra ainda superior se observamos que a Santíssima Virgem, que pôde merecer a glória ou o Céu, não pôde merecer

a Encarnação nem a maternidade divina, porque *a Encarnação e esta divina maternidade ultrapassam a esfera do mérito dos justos*, a qual está ordenada à visão beatífica como ao seu fim último.[8]

Há outra razão verdadeiramente demonstrativa, e é que o *princípio do mérito não pode ser merecido*; ora, a Encarnação é, depois do pecado original, o princípio eminente de todas as graças e, por conseguinte, de todos os méritos dos justos; não pode, portanto, ser merecida. Maria, pelas mesmas razões, não pôde merecer, nem *de condigno* nem *de congruo*, sua divina maternidade, pois isso teria sido merecer a Encarnação.[9]

Como diz muito precisamente Santo Tomás, o que Maria pôde merecer pela plenitude inicial de graça, que ela tinha gratuitamente recebido pelos méritos futuros de seu Filho, é o aumento de caridade e um grau superior de pureza e de santidade que convinha, para que fosse digna Mãe de Deus.[10] E, como diz Santo Tomás em outro lugar, "Maria não mereceu a Encarnação (nem a maternidade divina), mas dado o decreto da Encarnação, ela mereceu com um mérito de conveniência que esta se fizesse por ela",[11] isto é, que ela mereceu o grau de santidade que convinha à Mãe de Deus, grau que nenhuma outra virgem mereceu de fato e nem mesmo o poderia merecer, porque nenhuma outra tinha recebido e nem poderia receber a plenitude inicial de graça e de caridade que foi o princípio de um tal mérito.

Essa primeira razão da eminente dignidade de Mãe de Deus, advinda de sua predestinação gratuita a este título, o mais alto de todos,

é de uma espantosa claridade. Contém três verdades que são como estrelas de primeira grandeza no céu da teologia: 1ª. Que, *por um mesmo decreto*, Deus predestinou Jesus à filiação divina natural e Maria à maternidade divina; 2ª. Que Maria foi, portanto, predestinada a esta divina maternidade *antes de o ser* à glória e a um alto grau de glória e de graça, que Deus quis para ela para que fosse digna Mãe do Salvador; 3ª. Que, apesar de Maria ter merecido o céu *de condigno* ou de um mérito de condignidade, ela não pôde merecer[12] a Encarnação, nem a maternidade divina, porque ela ultrapassa absolutamente a esfera e o fim último do mérito dos justos que somente está ordenado à vida eterna dos eleitos.

Esta razão pareceu evidentemente conclusiva a muitos teólogos; contempla virtualmente e mesmo implicitamente aquelas que nós exporemos no artigo seguinte, e que não são senão seu desenvolvimento, como a história de um predestinado é o desenvolvimento de sua eterna predestinação.[13]

A gratuidade da predestinação de Maria

Algumas precisões sobre a eminente predestinação de Maria permitem melhor compreender a gratuidade.

Deve-se notar que *Cristo* é entre todos os homens *o primeiro dos predestinados*, pois sua predestinação é o exemplar e a causa da nossa;

ele nos mereceu de fato todos os efeitos de nossa predestinação, como mostra Santo Tomás, IIIª, q. 24, a. 3 et 4.

Ora, Cristo como homem foi predestinado, acabamos de dizer, à filiação divina natural, imensamente superior à filiação adotiva, antes de o ser à glória e à graça. Essa predestinação primeira não é outra, portanto, que o próprio decreto da Encarnação, e esse decreto eterno influi, como o vimos, não somente sobre a Encarnação abstratamente considerada, ou, por assim dizer, a substância da Encarnação, mas também sobre as circunstâncias da Encarnação, que deveria se realizar *hic et nunc*, em tal lugar e em tal tempo, de tal modo que o Verbo devia encarnar-se no seio da Virgem Maria, "desposada com um homem que se chamava José, da casa de Davi" (Lc 1, 27).

A predestinação de Jesus à filiação divina natural implica, pois, na de Maria à maternidade divina. Portanto, *a predestinação de Maria a esta divina maternidade é manifestamente anterior à sua predestinação de glória, pois Cristo é o primeiro dos predestinados*. Isso confirma grandemente o que nós dissemos nas páginas precedentes.[14]

É manifesto também que a predestinação de Maria, como aquela de Cristo, é *gratuita*. É claro, com efeito, que Jesus foi predestinado à filiação divina natural independentemente de seus méritos, pois seus méritos pressupõem a sua pessoa divina de Filho de Deus, e Jesus como homem foi precisamente predestinado a ser Filho de Deus por natureza. Este é o princípio de todos seus méritos, e este princípio não pôde, portanto, ser merecido; seria, ao mesmo tempo, causa e efeito sob o mesmo aspecto, causaria a si mesmo.[15]

Igualmente, a predestinação de Maria à maternidade divina é gratuita ou independente dos méritos da Santíssima Virgem, pois, nós o vimos, ela não pôde merecer esta divina maternidade, pois teria sido merecer a própria Encarnação, que é o princípio eminente de todos os méritos dos homens depois da queda. Por isso, Maria diz no seu *Magnificat* (Lc 1, 46.48): "Minha alma glorifica o Senhor (...) porque olhou para a baixeza (ou a humilde condição) de sua serva".

Quanto à predestinação de Maria à glória e à graça, ela é também manifestamente gratuita, como resultado ou consequência moralmente necessária de sua predestinação totalmente gratuita à maternidade divina. E, contudo, Maria mereceu o Céu, pois ela foi predestinada a obtê-lo por seus méritos.[16] Sobre a predestinação de Maria, cf. *Dict. Théol., art. Marie*, c. 2358.[17]

Vê-se, pois, a ordem do plano divino: 1°. Deus quis manifestar sua bondade; 2°. Quis a Cristo e sua glória de Redentor, o que supõe a permissão simultânea do pecado original para um bem maior; 3°. Quis a Bem-aventurada Virgem Maria como Mãe de Deus Redentor; 4°. Quis, por via de consequência, a glória de Maria; 5° Quis a graça e os méritos pelos quais ela obteria esta glória; 6°. Quis a glória e a graça dos outros eleitos.

A predestinação de Maria aparece assim em toda sua elevação. Compreende-se por que a Igreja aplica a ela por extensão estas palavras do livro dos Provérbios (8, 22-35): "O Senhor me possuiu no princípio de suas vias, antes de suas obras mais antigas. Eu fui fundada desde a eternidade, desde o início, antes da origem do mundo. (...) Quando ele dispôs o céu, eu estava lá (...), quando ele colocou os fundamentos da terra, eu trabalhava junto dele, me alegrando cada dia, e brincando sem cessar em sua presença, brincando no globo da terra, e encontrando minhas delícias entre os filhos dos homens. (...) Aquele que me encontra, encontrou o caminho e obtém o favor do Senhor."

Maria foi misteriosamente anunciada como aquela que triunfará da serpente infernal (Gn 3, 15), como a Virgem que dará à luz o

Emanuel (Is 7, 14); ela foi simbolizada pela Arca da Aliança, a casa de ouro, a torre de marfim. Todos esses testemunhos mostram que ela foi predestinada primeiro a ser Mãe de Deus, Mãe do Redentor; e a razão pela qual a plenitude de glória e de graça foi a ela concedida é precisamente para que ela fosse digna Mãe de Deus, "*ut redderetur idonea ad hoc quod esset mater Christi*", diz Santo Tomás, III[a], q. 27, a. 5, ad 2.

Esse ponto da doutrina parece-lhe certíssimo, pois ele diz, *ibid. corp. art.*: "A Bem-aventurada Virgem Maria se aproximou mais que qualquer pessoa da humanidade de Cristo, pois foi dela que ele recebeu sua natureza humana. E é *por isso* que Maria devia receber de Cristo uma plenitude de graça que ultrapassa aquela de todos os santos".

Pio IX fala da mesma maneira no início da Bula *Ineffabilis Deus*: "Deus, desde o princípio e antes de todos os séculos, escolheu e preparou para seu Filho a Mãe da qual, encarnando-se, nasceria na bem-aventurada plenitude dos tempos; amou-a mais a ela que a universalidade das criaturas, *prae creaturis universis*, e com um tal amor que pôs nela, de uma maneira singular, suas maiores complacências. Por isso, com os tesouros de sua divindade, encheu-a tão maravilhosamente, bem mais que a todos os espíritos angélicos, bem mais que a todos os santos, com a abundância de todos os dons celestes, que ela foi sempre completamente isenta de todo pecado, e que, toda bela e perfeita, aparece em uma tal plenitude de inocência e de santidade que não se pode, fora daquela de Deus, conceber uma maior, e cuja grandeza nenhum entendimento que não seja o do próprio Deus pode medir".

Nós citamos esse texto em latim, mais acima, na nota 6 deste capítulo, e mais longamente abaixo, Cap. II, art. IV.